FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES E A POLÍTICA SOCIAL DE

ASSISTÊNCIA: uma reflexão sobre a desigualdade de gênero e os impactos do neoliberalismo

Jéssica Katariny Oliveira da Silva¹

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é refletir as implicações da desigualdade de gênero na vida das mulheres e como isso influencia no seu protagonismo enquanto beneficiária de políticas sociais. Para tanto, o tipo de pesquisa adotada foi de caráter qualitativa. Nos resultados, foi possível compreender que desde a construção da família no Brasil a mulher foi posta em situação de desigualdade socioeconômica que fazem-na protagonizar os programas sociais como recurso financeiro para seu mantimento familiar. Nesse sentido, há uma contradição, pois, ainda que garantia as imediaticidades dessa demanda, não é suficiente para superar a vulnerabilidade que vivem.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero. Família. Assistência Social. Política Social. Neoliberalismo.

ABSTRACT

The general goal is reflect the implications of gender inequality in the women's life and how this influence their protagonism while social politics beneficiary. The adopted type of research was qualitative. In the results, was possible to understand that since the construction of families in the Brazil put the woman in a economical and social inequality situation of which protagonize the social programs as a financial resource to their familiar maintenance. In this sense, is notable the contradiction, since, even if assure the immediacy of this demand, is not enough to overcome the social vulnerability of which these families live.

Keywords: Gender inequality. Family. Social Assistance. Social Politics. Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, as mulheres brasileiras são maiores beneficiárias de políticas sociais, destacando

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pós-graduada em Trabalho Social com Família e Comunidades pela Universidade Candido Mendes (UCAM); katarinyjessica@gmail.com.















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

impacto positivo na vida das mesmas com as iniciativas de transferências de renda por meio de políticas sociais, em destaque a Assistência Social.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres, em 2016, dedicaram-se aos cuidados de pessoas e/ou afazeres doméstico em média de 73% a mais de horas em comparação com os homens, e mesmo quando inseridas no na esfera produtiva, continuam recebendo cerca de ¾ do que os homens recebem². Além disso, muitas seguem tendo dupla jornada, ou seja, trabalho formal (trabalho pago) e trabalho doméstico (trabalho não pago).

Atrelando isso à assistência social, direito assegurado constitucionalmente e impacta positivamente na sobrevivência das usuárias, tem-se também sua precarização em decorrência da ideologia neoliberal que tem se tornado mais forte e, consequentemente, traz fragmentações e precarizações à política social, impactando a vida de quem dela necessita.

Nesse sentido, pretende-se investigar como a desigualdade de gênero pode influenciar para essa realidade; até que ponto esse protagonismo é um privilégio ou uma condição do patriarcado? Tendo em vista que o Brasil é um país onde o patriarcado é fortemente presente, estabelecendo papéis e espaços específicos e desiguais para homens e mulheres, este trabalho visa contribuir para uma discussão sobre as condições sociais das mulheres, bem como a influência do ideal neoliberal na política de assistência social, que é um direito fundamental na garantia dos mínimos sociais.

Para compreender as determinações sociais da desigualdade de gênero e os processos de precarização da política de assistência social, faz-se necessário uma análise crítica da realidade, indo para além da aparência imediata. Deste modo, foi utilizado o método apresentado por Marx, o materialismo-histórico-dialético, que irá contribuir para a atingir o objeto e apreender sua essência (NETTO, 2011).

trabalho#:~:text=Em%202016%2C%20desagregando%2Dse%20a,10%2C5%20horas%20semanais). Acesso em: 09 jan. 2021.















² Para mais informações: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheresno-mercado-de-



Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

O tipo de pesquisa adotada foi de caráter qualitativa que, como aponta Minayo (2002, p. 21-22) "se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado" e "[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas". E, para abordar e alcançar a materialização do objeto de pesquisa, será utilizada a pesquisa bibliográfica "desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2002, p. 44), entendendo como fundamental importância a leitura para a elaboração de uma pesquisa científica.

No decorrer desta pesquisa, encontra-se uma breve contextualização da política social assistencial no Brasil, atrelada aos impactos da ideologia neoliberalista, apontando seus avanços, regressos e contradições. Em seguida, veremos a conjuntura socio-histórica da mulher, para compreendermos e refletirmos sobre a desigualdade, tendo em vista que esta é uma problemática que perdura até a história atual. E, por fim, teremos a confluência entre as duas categorias: mulheres enquanto usuárias da política social, com a ofensiva neoliberal e os desafios da desigualdade de gênero.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO

O contexto brasileiro, especificamente a partir da década de 1980 e 1990, passa por uma reconfiguração do Estado em virtude da crise do capital nos anos de 1970, trazendo impactos nas Políticas Sociais, onde o Estado de Bem- Estar é contestado e dá espaço ao neoliberalismo (PEREIRA; SIQUEIRA, 2011).

A ideologia neoliberal sugere uma tríade composta pela: reforma do Estado, reestruturação produtiva e a globalização, que desordena a possibilidade de uma democracia, considerando que, concomitante a ampliação da liberdade do capital, é cerceada a liberdade do trabalho, colocando-os em desproteção social, pressionando, principalmente, os países periféricos a uma redução dos direitos sociais e trabalhistas (SILVA, 2011).

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Em contrapartida, nessa conjuntura o Brasil também vivenciava um fato positivo: a conquista da Constituição Federal de 1988, sendo o marco dos primeiros passos a favor da cidadania e direitos sociais. Inerente à ela, tem-se a Seguridade Social, envolvendo as políticas de saúde, previdência social e assistência social.

A partir disso, a assistência social configura-se, então, como política pública, normatizada e organizada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742, em 1993, retirando-a do âmbito filantrópico e colocando o Estado como responsável diante das expressões de pobreza e exclusão, sem a necessidade de contribuição (YAZBEK, 2004), sendo um campo de efetivação de direito voltado para os mínimos sociais de inclusão "para aqueles impossibilitados de prover o seu sustento por meio do trabalho" (MOTA, 2007, p. 01). Mínimos entendidos como um patamar de vida abaixo do nível no qual nenhum cidadão deveria estar (YAZBEK, 2004).

Sposati (2007, p. 42) ressalva que "[...] a inclusão da assistência social na Constituição repudia o conceito de população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimizá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal". Além disso, oferece garantias que cobrem (ou deveriam cobrir), reduzem e previnem situações de risco e vulnerabilidade social em que vivem, enfatiza Yazbek (2004).

Por outro lado, a ideologia neoliberal defende a minimização do Estado com os gastos sociais, atingindo, consequentemente, a Assistência Social que, ao invés de "participar na universalização do acesso a bens e serviços públicos, se avoluma na prestação de benefícios assistenciais ínfimos enquanto se reduzem os investimentos nas demais políticas sociais" (BOSCHETTI, 2016, p. 21). Nesse sentido, utiliza-se de práticas e mecanismos para alcançar esse objetivo, como a focalização na pobreza e a privatização das políticas sociais (PEREIRA E SIQUEIRA, 2011).

Além disso, "[...] agrava-se a situação se levarmos em consideração as particulares condições do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo do país. Traço da formação social brasileira, a conjugação do "avanço" com o "atraso"" (YAZBEK, 2019, p. 91) que assegura a dominação burguesa desde sempre.

Dentre as consequências da focalização na pobreza destacadas por Pereira e Siqueira (2011), podemos citar: a naturalização da pobreza e responsabilização dos

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

indivíduos pelo seu bem-estar, na qual teriam, em teoria, maior liberdade e incentivos para conquistar seu bem-estar na medida de seus esforços, haja visto que os teóricos neoliberais pregam a desigualdade social como inevitável e isso implica na desresponsabilização do modelo socioeconômico e culpabilização do sujeito.

A utilização da metodologia de calcular rendimentos familiares mensais per capita para conceituar os pobres absolutos também é visto como um mecanismo neoliberal pelos autores. O valor utilizado é de um quarto do salário mínimo que estabelece a indigência ou pobreza absoluta, abaixo disso é extrema pobreza. A maioria dos programas e benefícios baseia-se nisso. Entretanto, cria-se armadilhas: ao estabelecer essa metodologia de renda per capita, uma parcela da população fica sem o acesso, mesmo estando em situação de pobreza.

Pode ser destacado também o estigma e seus pré-requisitos: a quantificação do número de pobres ser determinado pela renda não leva em consideração a subjetividade do indivíduo (acesso a serviços; participação social; vínculo familiar; apoio comunitário etc). Ou seja, delimitar o acesso da política de Assistência Social à um específico grupo infere uma burocracia e constitui como um mecanismo "utilizado pelos poderes públicos para minimizar os efeitos de erros e desvios [...], e evitar que pessoas não tão necessitadas sejam atendidas" (PEREIRA; SIQUEIRA, 2011, p. 217). Essa "fraudemania" (medo de que a política seja fraudada pelos usuários) colocam os grupos atendidos em "situações constrangedoras, humilhantes e estigmatizantes" (PEREIRA; SIQUEIRA, 2011, p. 217).

Sobre a privatização das políticas sociais, ideólogos neoliberais criam argumentos para legitimar uma liberdade ao mercado e limitar a interferência estatal para o mínimo possível. Para esse objetivo, colocam dois lados antagônicos: a esfera pública e a esfera privada. A primeira é caracteriza pela precariedade e "desperdício financeiro", enquanto a segunda é vista como concorrência saudável, gerando uma visão de tudo que é público é ruim, e tudo que é privado é bom (PEREIRA; SIQUEIRA, 2011).

3 A CONJUNTURA SÓCIO-HISTÓRICA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

A sociedade no século XIX revelava uma divisão entre o domínio público e o privado. Enquanto os homens eram "pertencentes" ao âmbito público, sendo o provedor da família, as mulheres "pertenciam" à espera privada, cuidando do lar. A partir dessa dicotomia consubstanciou-se a divisão sexual do trabalho: as mulheres tornaram-se cuidadoras e os homens os provadores (SOUSA; GUEDES, 2016).

Segundo os autores Sousa e Guedes (2016, p. 123), "com as transformações no cenário socioeconômico, com as revoluções culturais e a força do movimento feminista no século XX, novas configurações sociais foram surgindo". Com isso, "a partir do momento em que o trabalho doméstico passou a ser analisado como atividade de trabalho, tanto quanto o trabalho profissional, caminhos foram abertos" (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 124) para a chegada da percepção da divisão sexual do trabalho.

Apesar dos dias atuais as mulheres participarem do mundo produtivo, "não é acompanhado de uma revisão dos limites das responsabilidades privadas femininas" afirmam Sousa e Guedes (2016, p. 123). Ou seja, elas continuam, em sua grande parte, pertencentes à esfera privada, adentrando em uma dupla jornada de trabalho.

O sistema de dominação patriarcal surge para estabelecer as desigualdades dos homens sobre as mulheres, repartindo tarefas desiguais e atribuindo espaços específicos de maneira naturalizada, como afirmam Queiroz e Felipe (2018). É tão inerente às relações sociais que "[...] nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a máquina do patriarcado [...] a legitimidade atribui sua naturalização" (SAFFIOTI, 2011, p. 101).

Ou seja, não precisa nem mesmo da presença de um homem para se manifestar, ela pode ser acionada até mesmo pelas próprias mulheres, como analisam Queiroz e Felipe (2018). Ele se faz presente nas instituições sociais: famílias, Estado, igreja, sendo

[...] um conjunto de relações sociais que tem uma base material e ideológica na qual estão presentes relações hierárquicas entre homens e uma solidariedade entre eles, que permitem aos mesmos dominarem e violentarem as mulheres (QUEIROZ; FELIPE, 2018, p. 125).

As autoras Cisne e Santos (2018) afirmam que o patriarcado não surgiu espontaneamente de ideias ou cultura, ela possui base material e sócio-histórica e,







APOIO











Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

portanto, suas ideias e cultura são socialmente determinadas. É importante ressaltar esse fato para demonstrar que ele não é um sistema natural, mas um sistema construído e, dessa forma, pode (e deve) ser superado.

Há também o controle do corpo e da subjetividade da mulher pela família heteropatriarcal-monogâmica. Segundo Lessa (2012, p. 31) "A família, tal como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico". De acordo com o autor, a reconfiguração da sociedade primitiva e a imposição da exploração ocorreu somente a partir a utilização da violência. Com isso, surge a guerra e, por ela ser predominantemente masculina, a riqueza expropriada, transformada em propriedade privada, será da classe dominante: os indivíduos masculinos. Partindo disso, para preservar

[...] a divisão desigual de tarefas e poder entre homens e mulheres, garantindo a propriedade privada e sua perpetuação de uma geração à outra, por meio da herança, a família passou a demandar o modelo monogâmico e heterossexual, que coroam a construção de um modelo de família com base no patriarcado (CISNE; SILVA, 2018, p. 58).

A família se pauta, portanto, pelo controle, culpa, medo e proibições, afirmam as autoras. Com isso, a família patriarcal é uma instituição que autoriza a opressão das mulheres, posto que o sistema está baseado na escravidão doméstica e dependência econômica feminina, além de ser um local de exploração das mulheres, que ocorre nos trabalhos domésticos não remunerados; responsabilização com as crianças e os demais membros; "obrigação" sexual, bem como a cobrança pelo equilíbrio emocional da família (WATERS, 1979 apud CISNE; SANTOS, 2018).

Além disso, um ponto "central para a estruturação das relações patriarcais de sexo" (CISNE; SANTOS, 2018, p. 62) é a divisão sexual e racial do trabalho e, assim como o sistema patriarcal, não é natural. Colocam as mulheres, especialmente as negras, para ocuparem funções mais desvalorizadas, com menos remuneração e, até mesmo, gratuitos, com a justificativa "de dever, amor e obrigação maternal" (COSTA, 2018, p. 69).

Importa ressaltar que a divisão sexual do trabalho é a base material da ideologia do sistema patriarcal. Abarca um enraizamento tão presente nas relações sociais e possui um poder tão forte de parecer natural, que se manifesta desde a infância, por















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

meio das brincadeiras, dos brinquedos destinados às crianças (CISNE; SANTOS, 2018), bem como os papéis que são destinados a cada um. De acordo com a definição de Kergoat (2009, p. 67), a divisão social do trabalho é:

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamnte adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social sagrado (políticas, religiosas, militares etc.).

Destaca-se aqui também a divisão racial do trabalho, que se manifesta pela discriminação e exploração particularizada que a população negra sofre no mercado de trabalho, como também a divisão que ocorre entre as próprias mulheres, ao serem empregadas de outras mulheres. A mulher negra, posto isso, se encontra na pior escala social, com a menor remuneração, trabalhos mais precarizados e propícias a maiores situações de violência (CISNE; SANTOS, 2018).

4 MULHER, FAMÍLIA E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para reforçar a contextualização da construção da família e entendermos melhor sua configuração vigente, precisa-se destacar que, no Brasil, a instituição familiar que teve ponto de partida foi o modelo patriarcal, trazido pela colonização (NARVAZ; KOLLER, 2006). Mesmo após tanto tempo, as mulheres, em pleno século XX, ainda precisavam da autorização do marido para poder trabalhar.

O Estado de Bem-Estar Social, pós-Segunda Guerra, em 1945, girava em torno do pleno emprego masculino e apoiava o cuidado feminino do lar. A mulher, beneficiária do suporte social "assegurado pelo trabalho masculino, não dispunha das mesmas garantias, a não ser enquanto esposa ou filha, o que evidenciava sua condição de dependente do marido/pai" (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 51).

Somente em 1962 foi permitido às mulheres o direito de trabalhar sem autorização do marido, e apenas em 1988 que houve a constituição da igualdade entre homens e mulheres perante a lei. No entanto, as sequelas dessas desigualdades ainda atingem fortemente a vida econômica e social das mulheres, ficando a mercê

















TRABALHO ALIENADO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

da proteção mínima oferecida pelo Estado, tendo ainda a ofensiva neoliberal que busca precarizar ainda mais essa proteção.

Federici (2017, p. 12) preleciona que "o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho" e que esse fato ocorre desde o século XIX. No âmbito das políticas sociais, em especial a assistência social, é importante ressaltar a inserção das mulheres nesse acesso e sua situação na sociedade capitalista. Segundo a publicação "Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social", produzida pela ONU Mulheres³ (2016),

> Com a ampliação da democratização da sociedade e a universalização de direitos e políticas da Constituição de 1988, as mulheres desafiaram a forte desigualdade que caracterizava sua inserção social e produtiva. Um particular destaque merece a transformação desse cenário para as mulheres negras, as mais atingidas nos segmentos mais pobres e vulneráveis.

Como já foi visto, existe uma abrangência de fatores na condição de vida das mulheres, impostas pelo patriarcado, que interferem em diversos cenários sociais nas quais elas se encontram. Exemplo disso é a divisão sexual do trabalho, que insere uma dupla jornada de trabalho concomitante à entrada da mulher na esfera produtiva. Isso nos diz que, no momento em que a mulher adentra no mercado de trabalho, as suas responsabilidades ditas "femininas" (esfera doméstica) não são repensadas, permanecendo, assim, uma "obrigação" de um trabalho gratuito que, além disso, é somado com o trabalho da maternidade (quando é o caso), muitas vezes sozinhas, e, quando possui vínculo empregatício, totaliza uma tripla jornada de trabalho.

Ao fazer essa análise pensando a divisão racial do trabalho, as autoras Cisne e Santos (2018) destacam que se manifesta pela discriminação e exploração particularizada que a população negra sofre no mercado de trabalho, como também a divisão que ocorre entre as próprias mulheres, ao serem empregadas de outras mulheres (ou seja, além de atuarem no âmbito doméstico não remunerados, são empregadas para fazer o mesmo trabalho por um pagamento, muitas vezes, bastante precário). A mulher negra, posto isso, se encontra na pior escala social, com a menor

³ Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

















TRABALHO ALIENADO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

remuneração, trabalhos mais precarizados e propícias a maiores situações de violência.

Dados mostram que, no final de 2014, "88% de todas as famílias inscritas nos programas sociais brasileiros eram chefiadas por mulheres, sendo que, dessas famílias, 68% eram chefiadas mulheres negras" (ONU Mulheres, 2016, p. 24). Ou seja, além da caracterização da desigualdade enfrentada pelas mulheres em sua inserção produtiva (como a múltipla jornada de trabalho) e social, há também a particularidade das mulheres negras em contextos ainda mais vulneráveis. Nessa mesma publicação, destaca a mudança no Brasil desde a última década:

> De uma desigualdade extrema, chega-se à redução do fosso social e resgate da cidadania de parte significativa da população excluída do acesso a bens, serviços públicos e proteção social, especialmente mulheres, tanto principais beneficiárias como protagonistas dessas mudanças (2016, p. 17).

Nesse trecho, há a afirmação de que as mulheres são as principais beneficiárias dos serviços públicos e proteção social. Trazendo isso para uma reflexão com os estigmas vistos anteriormente, podemos afirmar também que as mulheres estão mais sujeitas às situações de risco e vulnerabilidade social, em empregos precarizados, incertos e flexíveis com, consequentemente, uma renda per capita de um quarto do salário mínimo ou menos, para serem "merecedoras" das políticas sociais e, ainda, as principais beneficiárias.

Em uma matéria publicada em 2018 da Agência Brasil⁴, com base em dados do IBGE, mostrou que, mesmo com uma queda na desigualdade salarial entre os anos de 2012 e 2018, as mulheres continuam ganhando, em média, 20,5% menos que os homens. De acordo com as autoras Silva e Mariano (2013, p. 9), em sua pesquisa de avaliar a autonomia das mulheres no Programa Bolsa Família (PBF), foi observado que elas continuam

> [...] sendo as principais responsáveis pelo cuidado da casa e da família, mesmo realizando trabalho remunerado e "que esse "destino" é incorporado por boa parte

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-Disponível noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-quehomens#:~:text=Mesmo%20com%20uma%20leve%20queda,Domic%C3%ADlios%20Cont%C3%ADnua%20(PNA D%20Cont%C3%ADnua). Acesso em: 09 jan. 2021.















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

delas como o certo, o "normal", devido à perpetuação e legitimação dessa estrutura patriarcal na sociedade como um todo.

As autoras apontam ainda que a inclusão das mulheres em programas de transferência de renda não demonstra produzir incentivos para a inserção no trabalho remunerado, destacando que os desafios basilares vistos para a inserção das mulheres em situação de pobreza no mercado formal são: a responsabilidade quase exclusiva pelos/as filhos/as; a ausência de serviços de educação infantil; o preconceito racial, os baixos salários obtidos pelo trabalho feminino; a inserção em atividades precárias e sem proteção social e previdenciária; e a incerteza quanto ao trabalho em razão de ocupações domésticas esporádicas como diaristas (SILVA; MARIANO, 2013).

Para uma melhor noção sobre a responsabilidade da maternidade solo, dados levantados e divulgados pela Associação Nacional dos Registradores Civis de Pessoas Naturais⁵ (Arpen Brasil), cartórios apontam que 6,31% das crianças foram registradas sem o nome do pai no Brasil somente nos primeiros seis meses de 2020, totalizando um número de 80.904 crianças que têm apenas o nome da mãe na certidão de nascimento.

De acordo com "a tendência histórica de que são as mulheres que se responsabilizam pelo bem-estar da família, consequentemente, são elas que buscam os serviços e os programas sociais da Política de Assistência Social" (CANDEIA, 2015, p. 7). Conforme Couto (2011, p. 102), "essas mulheres, sintetizam a exclusão do acesso aos bens e serviços socialmente produzidos e dificuldades de reprodução de necessidades básicas e dos problemas vivenciados pela família".

Dentre os fatores para a inserção (ou não inserção), trazidos pelas autoras Silva e Mariano (2013, p. 7), das mulheres no mercado de trabalho encontra-se: a situação conjugal, pois "a maioria das mulheres que realizam trabalho remunerado está entre as que declaram situação conjugal como separada/divorciada, solteira ou viúva"; a baixa escolaridade, que vai em desencontro com as exigências do mundo competitivo do trabalho, além de estar atrelado também ao fator de ter filhos, pois como essas usuárias vão estudar se não tem quem cuide de seus filhos? O que gera

⁵ Disponível em: http://www.arpenbrasil.org.br/noticia.php?id=10420 Acesso em: 17 fev. 2021.



PROMOTORES















o paradoxo da condicionalidade do Programa Bolsa Família em relação aos "papéis de gênero: as mulheres são tomadas como guardiãs da escolarização das crianças e adolescentes, porém inexistem ações de incentivo à ampliação de sua escolarização" (SILVA; MARIANO, 2013, p. 7).

Nessa perspectiva, a incorporação dessas usuárias de Assistência Social no trabalho remunerado depende, dentre vários fatores: melhores oportunidades de qualificação, escolarização e formação para oportunidades de empregos melhores; uma divisão igualitária das tarefas domésticas; disponibilização de creches; e, principalmente, transformação societária e cultural dos papéis "destinados" às mulheres, na busca pelo reconhecimento da mulher=cidadã (SILVA; MARIANO, 2013).

Em concordância com Candeia (2015), sabemos que a transferência de renda, ainda que venha a garantir o atendimento de necessidades imediatas ou de sobrevivência, no entanto, ela não se apresenta suficiente para superar a conjuntura de vulnerabilidade social na qual estas famílias vivem. Ainda segundo a autora, essa perspectiva desmistifica a falsa ideia de que esses programas propiciaram alguma autonomia ou empoderamento a essas beneficiárias, mas, contraditoriamente, o que acontece é um verdadeiro aumento das responsabilidades dessas mulheres.

Por outro lado, tendo em vista os constantes ataques neoliberais aos direitos sociais e políticas sociais, esses programas possuem seu papel importante na vida das famílias que deles precisam, e devem ser acompanhadas integralmente no nível de proteção social que for requisitado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade brasileira, não somente em sua conjuntura vigente, mas em sua contextualização histórica, é notável a tendência de avanço e retrocesso em direitos, especialmente os sociais. Ao passo em que houve a conquista da Constituição Federal de 1988, trazendo a Política de Assistência Social para o campo de garantias sem obrigatoriedade de contribuição, ocorreu junto com os ataques da ofensiva neoliberal, minimizando o Estado com os gastos para a proteção social.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Pensando nas particularidades das mulheres, tendo em vista que a formação familiar no Brasil teve como ponto de partida o modelo patriarcal, colocou a mulher em um lugar de desvantagem, de dependência e desigualdade econômica e social, ao passo em que a responsabilizou pelo cuidado do lar e da família.

Por serem constantemente direcionadas à esfera doméstica, aos cuidados integrais aos filhos e família, qual o tempo que sobra para seu próprio cuidado e investimento? Não há como adentrar no trabalho remunerado, principalmente nos cargos elevados, se não existe apoio e divisão igual de tarefas no âmbito privado; se não sobra tempo para sua qualificação e escolarização pessoal.

Partindo dessa tendência histórica que perdura até hoje, consequentemente, são essas mulheres que buscam e protagonizam os serviços e os programas sociais disponibilizados pela Política de Assistência Social como recurso financeiro para seu sustento e mantimento familiar, pois são excluídas do acesso aos bens e serviços socialmente produzidos e sentem as dificuldades de necessidades básicas. Essa situação das mulheres em desvantagem na sociedade não é um fato isolado, ela possui estrutura e base histórica: o patriarcado.

Com isso, é possível notar uma contradição nessa realidade, pois, ainda que venha a garantir o atendimento de necessidades imediatas e de sobrevivência, no entanto, não é suficiente para superar a conjuntura de vulnerabilidade social na qual estas famílias vivem. Por outro lado, tendo em vista os ataques advindos pelo neoliberalismo aos direitos sociais e políticas sociais, esses programas possuem sua importância na vida das famílias que precisam, e devem ser acompanhadas integralmente no nível de proteção social na qual for requisitado.

Em vista disso, é preciso melhores oportunidades de qualificação e escolarização para oportunidades de empregos melhores, bem como a divisão igualitária do trabalho doméstico e, principalmente, uma transformação societária e cultural dos papéis "destinados" às mulheres.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 2, 2016.















CANDEIA, Rafaella Cristina de Medeiros. A CHEFIA FAMILIAR FEMININA ENTRE AS USUÁRIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: limites e desafios ao serviço de atendimento integral à família - PAIF. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**, Maranhão, p. 1-13, 25-28 ago. 2015.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

COSTA, Renata Gomes de. A violência contra a mulher na América Latina: uma análise feminista do capitalismo dependente. In: **Feminismo e serviço social:** debates contemporâneos. Mossoró: EDUERN, 2018.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional da Assistência Social e o SUAS: apresentando a problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas [et al.] (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017. TRADUÇÃO COLETIVO SYCORAX.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editadora UNESP, 2009.

LESSA, Sérgio. Abaixo a família monogâmica. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências Recentes. In: **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. FAMÍLIAS E PATRIARCADO: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 49-55, jan. 2006.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ONU Mulheres. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras:** caminhos de transformação econômica e social, 2016. Disponível em:

















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-ONU-mulheres_2a-impressao_final.pdf. Acesso em 10 set. 2020.

PEREIRA, Camila Potyara; SIQUEIRA, Marcos César Alves. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2011.

QUEIROZ, Fernanda Marques de; FELIPE, Joana D'arc Lacerda Alves. Relações patriarcais de gênero e assédio moral contra mulheres no mundo do trabalho. In: **Feminismo e serviço social:** debates contemporâneos. Mossoró: EDUERN, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, Patriarcado, Violência, 2011.

SILVA, Samira do Prado; MARIANO, Silvana Aparecida. **As mulheres usuárias da Assistência Social, o trabalho remunerado e o não remunerado.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, p. 1-12, set. 2013.

SILVA, SSS. A política social brasileira na conjuntura da crise internacional. In DAVI, J., MARTINIANO, C.; PATRIOTA, L. M., orgs. **Seguridade social e saúde:** tendências e desafios. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Estudos Avançados, 2016.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da Assistência Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e seu projeto ético-político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO Marilda Villela (orgs.). **Serviço Social na História**: América Latina, África e Europa. Editora Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Tendências da política de assistência social. Serviço Social & Saúde.** Campinas, v. 3, n. 3, 2004.













